

UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS DOS PROFISSIONAIS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO SOBRE O USO DA AUDIODESCRIÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Tamires Neves Conceição

Doutora em Ciência da Informação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.
tamires.nevesconceicao@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6908-1345>

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira

Doutora em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.
isasousa2010@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3835-2883>

RESUMO

A audiodescrição é uma tecnologia assistiva que auxilia a minimizar as barreiras comunicacionais para o público com deficiência visual, por meio de uma tradução audiovisual, a qual transforma os signos visuais em signos verbais para promover a inclusão social e acessibilidade desses cidadãos na sociedade. Destaca-se, então, como inquietação, saber como os profissionais da Ciência da Informação estão desenvolvendo estudos e ações sobre a temática da audiodescrição como forma de inclusão social e acessibilidade para as pessoas com deficiência visual em suas produções acadêmicas. Definiu-se como objetivo geral analisar, a partir dos Anais do Encontro Nacional de Ciência da Informação, a produção científica da Ciência da Informação relacionada a Audiodescrição e sua possibilidade de promover a inclusão social e a acessibilidade para as pessoas com deficiência visual, enquanto sujeitos da informação. A metodologia baseou-se em uma pesquisa qualitativa e descritiva. A técnica utilizada para coleta de dados foi o levantamento da produção científica em Ciência da Informação nos anais do Encontro Nacional de Ciência da Informação nos anos de 2003, 2008, 2013 e 2018, por meio de uma amostragem não-aleatória por julgamento, sendo o método de procedimento bibliográfico utilizado para analisar os dados coletados. Conclui-se que existe um déficit na produção da literatura da área da Ciência da Informação, no que se refere a pesquisa e ao uso do recurso da audiodescrição nas unidades de informação, mesmo diante ao expressivo desenvolvimento das ações e da legislação sobre a inclusão social e acessibilidade para pessoas com deficiência visual no Brasil.

Palavras-chave: Audiodescrição. Pessoas com deficiência visual. Acessibilidade.

AN ANALYSIS OF ACADEMIC PRODUCTIONS OF INFORMATION SCIENCE ON THE USE OF AUDIODESCRIPTION FOR THE VISUALLY IMPAIRED

ABSTRACT

Audiodescription is an assistive technology that helps to minimize communicational barriers with the visually impaired public, by means of audiovisual translation, which transforms visual signs into verbal ones, promoting social inclusion and accessibility of these individuals to society. It is thus important to consider how Information Science professionals are developing studies and actions on the subject of audiodescription as a form of social inclusion and accessibility for the visually impaired in their academic productions. The defined general objective was to analyze, through the Journals of the National Meeting of Information Science, the scientific production of Information Science related to audiodescription and its possibility of promoting social inclusion and accessibility for people with visual impairment, as subjects of information. Methodology was based on a qualitative and descriptive research. Data collection technique was through the survey of scientific production in Information Science in the Journals of the National Meeting of Information Science, in the years 2003, 2008, 2013 and 2018, by means of non-random sampling through judgment, using bibliographic procedures as method for analyzing the collected data. The conclusion reached is that there is a deficit in the production of literature in Information Sciences in relation to the research and use of the audiodescription resource in the information units, despite the expressive development of actions and of the legislation on social inclusion and accessibility for the visually impaired in Brazil.

Keywords: Audiodescription. People with visual impairment. Accessibility.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões sobre as ações de inclusão social e acessibilidade para as pessoas com deficiência (seja ela física, sensorial (visual e auditiva) e intelectual) vem crescendo no mundo e no Brasil, a partir das legislações que garantem os direitos desse público para que possam agir como cidadãos. As discussões em outros espaços sociais, além do político, também favorecem o desenvolvimento social das pessoas com deficiência, com propósito de tornar a sociedade cada vez mais inclusiva e acessível. Com base nesse cenário, buscou-se neste trabalho¹, analisar como a literatura produzida pelos profissionais da Ciência da Informação (CI) tem refletido sobre ações de acessibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência visual, por meio da Audiodescrição (AD).

A inquietação que norteou este trabalho partiu da seguinte pergunta: como os profissionais da CI estão desenvolvendo estudos e ações sobre a temática da AD como forma de inclusão social e acessibilidade para as pessoas com deficiência visual em suas produções acadêmicas?

Esse problema proposto levou a construção do seguinte objetivo geral: analisar, a partir dos Anais do ENANCIB, a produção científica da CI relacionada a AD e sua possibilidade de promover a inclusão social e a acessibilidade para as pessoas com deficiência visual, enquanto sujeitos da informação. Para atingi-lo, delineou-se, então, os seguintes objetivos específicos: identificar como a produção acadêmica advinda da CI está desenvolvendo estudos sobre a AD para ampliar o processo de acessibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência visual; e verificar as especialidades disciplinares da CI que abordam a temática da AD, a partir das publicações do ENANCIB.

A reflexão sobre o processo da inclusão social e da acessibilidade perpassa todos os espaços sociais (cultural, acadêmico, profissional, de lazer, econômico e político), por isso justifica-se a necessidade deste trabalho em buscar analisar academicamente como as pessoas com deficiência visual estão sendo incluídas e obtendo acessibilidade nos ambientes, principalmente dentro de uma realidade brasileira, marcada pelos estigmas culturais e sociais que buscam excluir e marginalizar esse público, ao invés de mantê-los como cidadãos ativos e informados dos seus direitos.

¹ Este artigo é resultado de um trabalho de conclusão de curso (TCC) da área de Biblioteconomia e Documentação, do [suprimido para avaliação por pares], da [suprimido para avaliação por pares], apresentado em dezembro de 2020 pela Autora deste artigo, que realizou de forma concomitante seu doutorado em Ciência da Informação e a sua segunda graduação, tendo como sua orientadora do TCC a coautora deste artigo.

A metodologia que direcionou este trabalho baseou-se em uma pesquisa descritiva e de natureza qualitativa, que utilizou como técnica de coleta de dados, o levantamento da produção científica dos profissionais da CI nos anais do ENANCIB, no período entre os anos 2003, 2008, 2013 e 2018. Escolheu-se esse recorte temporal, com intervalos de cinco anos, iniciando por 2003, porque recai no marco em que se inicia a pesquisa e uso do recurso da AD no Brasil, utilizando uma amostragem não-aleatória, por julgamento, a partir da adoção do método de procedimento bibliográfico.

O desenvolvimento da área a cada cinco anos (2003, 2008, 2013, 2018) nos anais do Encontro Nacional de Ciência da Informação (ENANCIB) foi o foco da análise, para entender como as temáticas da inclusão social e da acessibilidade para as pessoas com deficiência visual e em específico como o recurso da AD, vem sendo pesquisado e refletido pelos profissionais da CI.

Abordou-se conceitos de AD, informação, deficiência visual, acessibilidade e inclusão social com intuito de desenvolver reflexões sobre a temática da AD no âmbito da CI, a partir das produções acadêmicas dos profissionais da informação. A análise desses conceitos buscou demonstrar a relevância das pesquisas na área da CI em prol do desenvolvimento social do sujeito da informação com deficiência visual.

O estudo retratou conceitos e terminologias sobre as pessoas com deficiência, incluindo um breve histórico sobre o desenvolvimento social deste público, bem como informações sobre as tecnologias assistivas que promovem sua autonomia e independência, respectivamente. Relatou-se também o conceito e características sobre a AD, (trazendo a realidade no mundo e no Brasil) e o papel dos profissionais da CI na inclusão social e acessibilidade das pessoas com deficiência visual. O percurso metodológico e a análise e discussão dos resultados também fizeram parte deste trabalho que foi finalizado com as considerações obtidas sobre a reflexão proposta.

Este trabalho demonstrou a necessidade da atuação dos profissionais da CI na pesquisa e na produção científica de estudos sobre as temáticas da inclusão social e da acessibilidade para o sujeito da informação com deficiência visual, em específico com foco nos recursos da AD que propicia o acesso à informação as unidades de informação para esse público. Ao se dedicar a desenvolver essas temáticas o profissional da CI está fazendo jus a sua origem, como uma área social aplicada que busca atender as demandas informacionais dos indivíduos de sua condição física, sensorial, intelectual, com intuito de minimizar a exclusão social e o preconceito a que esses sujeitos são ou possam a vir ser submetidos ao buscar o acesso à informação nas bibliotecas, nos arquivos e nos museus.

2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A AUDIODESCRIÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS, CARACTERÍSTICAS E BREVE HISTÓRICO

As ações de inclusão social e de acessibilidade na sociedade se justificam a partir da diversificada formação que a humanidade apresenta, a partir das especificidades de cada ser humano, diante as suas diferenças físicas, sensoriais, intelectuais, sociais, culturais, econômicas e políticas. As características dos indivíduos são variadas e por isso é necessário compreender como se direcionar a esse público sem agir com preconceito e para tal é preciso conhecer a história, as referências teóricas e a legislação sobre as ações de inclusão social e de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual.

A pluralidade humana vem sendo estudada e compreendida e por isso já delimitou-se algumas questões para minimizar o preconceito e ampliar a inclusão e a acessibilidade desses indivíduos. Sasaki é uma das referências nos estudos sobre as pessoas com deficiência e relata em suas pesquisas pontos essenciais para a compreensão deste público. Como por exemplo, o uso da expressão ‘pessoas com deficiência’ que foi estabelecida como a terminologia correta a partir da década de 1990 e permanece até os dias atuais. Para se referir a esse público corretamente deve-se utilizar a expressão “pessoas com deficiência” – física, sensorial ou intelectual (SASSAKI, 2003).

O conceito de deficiência “denota uma condição da pessoa resultante de um impedimento” (SASSAKI, 2005, n.p.). O autor defende que deve-se manter a palavra deficiência no singular, por exemplo: “pessoas com deficiência visual” e não “pessoas com deficiências visuais” e assim foi adotado neste estudo.

O autor evidencia a exclusão dessas pessoas em três momentos distintos: até os anos 60, período em que as pessoas com deficiência eram identificadas como inválidos, doentes, dependentes e que deveriam viver a margem do convívio social; da integração social (1960-1988), esses indivíduos continuavam separados da sociedade, sem ter possibilidade de interagir com os demais cidadãos sem deficiência, apesar dos avanços dessa fase com objetivo de superar a exclusão social, ainda eram esses indivíduos que deveriam se adequar à realidade da sociedade e não ao contrário; e da inclusão social (1989, até os dias atuais) defende-se que a sociedade é que deve se adequar as pessoas com deficiência, promovendo políticas públicas para tornar os espaços, produtos e serviços acessíveis para esses indivíduos (SASSAKI, 1999, p. 28-30-36).

Para dirimir dúvidas terminológicas acerca dos termos acesso e acessibilidade, salienta-se que acesso relaciona-se com uma possibilidade do indivíduo atingir algum lugar ou alguma coisa

como qualquer outro indivíduo sem deficiência (SASSAKI, 1999). Enquanto que acessibilidade caracteriza-se quando as cenas e as atividades sociais se adequam para atender as necessidades das pessoas com deficiência, sem apresentar limitações físicas, sensoriais ou intelectuais (PORTAL BRASIL, 2013). Segundo Sasaki (2009, p. 2), o termo acessibilidade determina “[...] uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana”, tendo como objetivo alcançar a inclusão social das pessoas com deficiência, perspectiva adotada neste trabalho.

Nesse cenário, a expressão inclusão social “[...] envolve acesso aos bens sociais, culturais e econômicos, à educação, à saúde, ao trabalho, à tecnologia [...]” (GIL, 2006, n.p.). Sasaki (1999) afirma que a inclusão acontece quando a sociedade adequa a sua estrutura (espaços, produtos e serviços) para atender as pessoas com deficiência (física, sensorial ou intelectual), minimizando a marginalização sofrida por esses sujeitos.

A história reflete na construção social sobre a temática da deficiência e os conceitos que a caracterizam, por isso, relata-se a seguir alguns períodos que demarcaram a compreensão da humanidade sobre esse público.

Apresenta-se os seguintes registros da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência – AMPID (2012, n.p.) sobre essa evolução histórica: era primitiva – não apresenta registros sobre os comportamentos dos primeiros grupos de indivíduos em relação as pessoas com deficiência –; Egito Antigo / Esparta (Grécia) – No Egito Antigo, a pessoa com deficiência não tinha impedimento em participar das cenas culturais. Em Esparta, a pessoa com deficiência para se destacar socialmente nesse período histórico tinha que demonstrar sua “utilidade”, por meio de habilidades e com auxílio dos mitos que predominavam a forma de pensar dos gregos –; Roma – As leis romanas da Antiguidade não eram favoráveis para as pessoas com deficiência, pois aqueles que não morriam eram explorados na cidade, participando de cenas de entretenimento, ou iam pedir esmolas. No período do Império Romano, com o surgimento do cristianismo, as pessoas com deficiência, passaram a ser mais acolhidas, por meio do apoio médico, com o surgimento de hospitais para cuidar desse público, por exemplo –; e na Idade Média – Período marcado por precárias condições de vida e de saúde das pessoas. A partir da Revolução Francesa, sendo que uma das revelações desse período é o surgimento da escrita no sistema braille, criada por Louis Braille, caracterizada como uma tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual, que possibilita autonomia e independência a esse público.

O desenvolvimento histórico retratado até o momento esclarece alguns estigmas que são reverberados nos dias atuais com o público com deficiência. A seguir recria-se um salto cronológico para entender uma breve análise das ações de inclusão social e acessibilidade no país no decorrer das suas fases históricas:

- 1926 a 1944: Por influência do Instituto Benjamin Constant surgiram novas fundações para seguir o mesmo modelo pedagógico adotado pelo instituto; como por exemplo: 1926, fundação do Instituto São Rafael, em Belo Horizonte; 1927, fundação, em São Paulo, do Instituto para Cegos Padre Chico; 1935, fundação, em Porto Alegre, do Instituto Santa Luzia; 1936, fundação, em Pernambuco, do Instituto dos Cegos; 1942, fundação, em Uberaba, do Instituto de Cegos do Brasil Central (ICBC); 1942, fundação, em Salvador, do Instituto de Cegos da Bahia; 1944, fundação, em Curitiba, do Instituto Paranaense dos Cegos (FRANCO; DIAS, 2007);
- 1950: Surgimento da Fundação para o Livro do Cego no Brasil;
- 1961: A primeira lei de Diretrizes de Bases;
- 1971: Integração educacional na parte pedagógica e a visão médica clínicista sobre o sujeito;
- 1980: I Encontro Nacional de Pessoas Deficientes;
- 1981: Ano Internacional das Pessoas com Deficiência;
- 1983: III Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes;
- 1989: já entre 1987 e 1988 com a Assembleia Nacional Constituinte, foram promovidas diversas ações de políticas públicas em prol de pessoas com deficiência, como a criação da Coordenadoria Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE);
- 1999: Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência;
- 2006 a 2008: Conferências Nacionais da Pessoa com Deficiência e a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência;
- 2013: Legislação Brasileira sobre Pessoas com Deficiência.

Destaca-se, no entanto, que o crescimento social proporcionou alterações como podem ser percebidas, a partir do século XX que apresenta importantes avanços na legislação, inovações tecnológicas, surgimento de instituições e associações que iniciaram novos capítulos na história desse público, como as ações da Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo.

A ONU teve importante participação no reconhecimento das pessoas com deficiência, com repercussão mundial:

- quando intitulou o ano de 1981, como Ano Internacional das Pessoas com Deficiência;
- no ano seguinte (1982), realizou o Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes, no qual decretou que as pessoas com deficiência são consideradas cidadãs iguais a qualquer outra pessoa sem deficiência, já que esses sujeitos auxiliam a construir o ambiente social e por tanto, possuem direitos e deveres que devem ser legitimados e respeitados. Segundo a ONU (1982) para que haja o desenvolvimento social é necessário a participação de todos e para tal, não pode haver uma negação de oportunidades (ONU, 1982, n.p.).

Entende-se que “os direitos do cidadão e a própria ideia de cidadania não são universais no sentido de que eles estão fixos a uma específica e determinada ordem jurídica-política” (BENEVIDES, 2004, p. 5). Destaca-se também que o “comportamento do indivíduo depende de um aprendizado, chamado de endoculturação – mediante a educação que recebe” (LARAIA, 1988, p. 20). Esse processo social advém da prática de uma cidadania cultural, que segundo Chauí (2006, p. 67), refere-se “a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação”, então percebe-se que o sujeito, seja ele com deficiência ou não, merece ter acesso a cidadania, a educação e a cultura de forma completa e inclusiva, para eu possa desenvolver suas atitudes como cidadão.

Após a apresentação desse breve relato histórico sobre os aspectos que envolvem a inclusão social e a acessibilidade das pessoas com deficiência visual, a seguir fez-se uma breve análise desse processo de inclusão social e acessibilidade das pessoas com deficiência visual, em âmbito brasileiro.

3 O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL E ACESSIBILIDADE EM PROL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL: UM BREVE OLHAR SOBRE A AUDIODESCRIÇÃO E A CIÊNCIA INFORMAÇÃO

O Brasil, desde o período colonial dá início a ações para tentar atender as necessidades do público com deficiência. A “primeira tentativa de sistematização da educação dos cegos, no Brasil, ocorreu por meio de um projeto apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão de 29 de agosto de 1835, pelo deputado Cornélio Ferreira França” (Leão e Sofiato, 2019, n.p.) sem sucesso. Em seguida, o Imperador Dom Pedro II trouxe para a realidade brasileira (no período de 1840 a 1889) alguns costumes europeus que propiciaram a criação do Imperial

Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant Botelho), por meio do decreto 1.428, 12 de setembro de 1854 (BRASIL, 1854, n.p), visando atender em específico as pessoas com deficiência visual.

Compreende-se que os objetivos sociais da época colonial eram baseados em um sistema senhorial, patriarcal, dotado pela superioridade da burguesia sobre a população, em sua maioria escravizada, ou vivendo sob condições precárias, em relação a uma minoria rica, no qual as políticas públicas retratavam muito mais como um benefício político, do que como uma ação social propriamente dita, ainda que seja possível perceber que o país evolui bastante até os dias atuais (HOLANDA, 1995; DEL PRIORE; VENANCIO, 2010).

Percebe-se que o Brasil apresenta uma trajetória de avanços legais significativos, abordados desde a sessão 2, para buscar atender as demandas desse público. Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI – Lei nº 13.146/15) faz parte desse desenvolvimento legislativo para promover a inclusão social e a acessibilidade do público com deficiência, buscando “[...] assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência. A LBI é também um marco legal para o acesso dos conteúdos culturais pelas pessoas com deficiência” (NAVES; MAUCH; ALVES; ARAÚJO, 2016, p. 7).

As ações e políticas propostas pelo país ainda não se estabelecem no lema “Nada sobre nós sem nós”, consolidado no Ano Internacional das Pessoas Deficientes, pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1981. Esse lema aborda que “nenhum resultado a respeito das pessoas com deficiência haverá de ser gerado sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência” (SASSAKI, 2011, n.p.), logo é preciso ir além das normativas legais, da teoria e do discurso e partir para ações práticas que realmente revertam a realidade desse público, os incluindo no cenário social e nas ações que dizem respeito a sua participação como cidadãos.

Nota-se que há uma evolução nesse processo legal, envolvendo as ações de inclusão social e acessibilidade para pessoas com deficiência, em especial para pessoa com deficiência visual, no entanto o estigma cultural retratado desde a era primitiva, ainda persiste, mesmo que apresentando em outras formas de preconceito, as vezes mais ameno, devido a legislações, mas ainda há muito o que melhorar. A presença das tecnologias assistivas no cenário atual ainda precisam de ampliação e melhorias, compreendendo o impacto das mesmas no desenvolvimento social desses sujeitos.

Entende-se que as tecnologias assistivas atuam como “[...] um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade que faz parte do contexto das tecnologias de informação e comunicação (TIC), pode ser percebida, segundo funcional deficitária ou possibilitará a realização

da função desejada que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento” (BERSCH, 2008, n.p.). Existem vários tipos de tecnologias assistivas que podem auxiliar o público com deficiência visual como os auxílios ópticos, lupas, lentes, softwares de leitores de tela, impressoras braille, leitores de textos, AD (tradução de signos visuais em signos verbais), que proporcionam uma maior interação social, auxiliando na superação de um limite sensorial, como no caso das pessoas com deficiência visual.

A AD é uma tradução intersemiótica que transforma signos visuais em signos verbais para atender as para pessoas com deficiência visual, em específico, e também a dislexos e idosos, realizada por profissionais audiodescritores nas cenas as culturais, profissionais, acadêmicas, de lazer e de esporte (FRANCO; SILVA, 2010). É um tipo de tecnologia assistiva que proporciona inclusão social e acessibilidade as pessoas com deficiência visual, sendo considerada um campo advindo da “Educação Especial, das Tecnologias Assistivas e dos Estudos da Tradução, mais especificamente a Tradução Audiovisual (TAV)” (FRANCO, 2010, p. 2).

A AD vem sendo desenvolvida em sua maioria pelos profissionais advindos das áreas de Letras, Pedagogia e Comunicação, com objetivo de suprir a lacuna existente entre o som e a imagem, minimizando a exclusão social do público com deficiência visual. Essa tradução intersemiótica é tarefa realizada pelo profissional audiodescritor, que pode ser roteirista (realiza a AD pré-gravada, como em teatro, cinema e museus) ou um audiodescritor-locutor / audiodescritor narrador (realiza a AD ao vivo como em programas de rádio) (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010). Nas AD sempre há presença de um consultor com deficiência visual para que a tradução dos signos visuais para os signos verbais seja realizada de forma mais fiel à realidade.

A história da AD se inicia nos meados da década de 1970, nos Estados Unidos, com base no desenvolvimento da pesquisa de mestrado de Gregory Frazier, especificamente em 1975 (FRANCO; SILVA, 2010). A prática da AD no país supracitado teve como referência a atuação do casal de audiodescritores – Margaret Rockwell (pessoa com deficiência visual) e Cody Pfanstiehl, em 1981. (FRANCO; SILVA, 2010). Outro momento que registra o desenvolvimento do recurso é a prática da AD no Japão em 1983, onde aconteceu a primeira transmissão de TV com AD pré-gravada e logo depois o recurso foi incluído na ópera e no cinema, agora na Europa em 1985, começando pela Inglaterra, que foi reconhecida pelo amplo fluxo de produções audiovisuais com AD, seguida da Espanha e da França que também iniciaram o uso desse recurso em suas produções audiovisuais (FRANCO; SILVA, 2010).

A realidade da AD no mundo é caracterizada pelos investimentos do recurso na televisão, teatro, cinema e em outros produtos audiovisuais pelos países supracitados (Estados Unidos

e Inglaterra), além também da Alemanha, Espanha, França, Bélgica, Canadá, Austrália e Argentina (FRANCO; SILVA, 2010). O Brasil ainda apresenta lacunas, entre o discurso e a prática, no que se refere ao uso e desenvolvimento do recurso, apesar de existir um esforço legislativo em prol das ações de inclusão social e acessibilidade para o público com deficiência. Nota-se uma ação positiva por parte de algumas universidades Federais, Estaduais e da rede privada que atuam como uma “voz” nesse processo do recurso da AD, contribuindo na formação de profissionais audiodescritores e no desenvolvimento da tecnologia assistiva no país.

A primeira vez que o Brasil fez o uso do recurso de forma institucionalizada foi em 2003, no “Festival Assim Vivemos” no Rio de Janeiro. A legalização do recurso inicia em 2004 a partir do Decreto de nº 5.296/2004 (BRASIL, 2004) que determinou a implantação de sistemas que garantem o acesso dos cidadãos com deficiência ao audiovisual. Em 2006, tem-se outro fato marcante, quando a Portaria nº 310, de 27/06/2006 (BRASIL, 2006), estabelece a utilização de “recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão”. Já em 2010, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), recomenda o processo de normatização da AD, cujo processo é finalizado em 2016 com a publicação da Norma ABNT-16452:2016.

Essas ações são necessárias pois os dados estatísticos demonstram um amplo segmento a ser atendido, conforme constata a pesquisa do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2010, registrou 45,6 milhões de brasileiros, ou 23,9% da população, com ao menos uma deficiência: visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. Nota-se que a deficiência visual é a mais comum, atingindo 35,8 milhões de pessoas no país, onde 16% são homens e 21,4% são mulheres (IBGE, 2010), porém observa-se que apesar dos avanços legais, citados nos parágrafos anteriores, o país ainda apresenta déficit quanto ao uso da AD de forma eficaz indo de encontro a demanda apresentada pelos dados do IBGE.

Compreende-se, a partir do contexto histórico, estatístico e legal apresentado, que o Brasil precisa investir em ações que incluam e tornem as cenas sociais acessíveis para o público com deficiência visual e a CI, como uma área social aplicada não pode ficar à margem dessa discussão, pois deve atender a demanda informacional de qualquer sujeito, independente do mesmo ser uma pessoa com deficiência, física, sensorial ou intelectual. O meio acadêmico e profissional deve ser utilizado pela CI para auxiliar e impulsionar o desenvolvimento informacional do usuários da informação brasileiros, com deficiência visual.

A CI como uma área social aplicada se dedica ao estudo da informação e a complexidade do seu fluxo, desde a organização, passando pela gestão, transmissão, acesso, recuperação

e também pela preservação da informação para atender as necessidades do sujeito (SARACEVIC, 1996). A CI e suas subáreas, Biblioteconomia e a Arquivologia, tem como responsabilidade mediar e promover o acesso à informação aos indivíduos, por meio das suas teorias, técnicas e práticas, proporcionando a esse cidadão a possibilidade de desenvolver seu discernimento crítico, a partir das informações a que tem acesso.

Ao pensar no significado da palavra informação, pode-se remeter as suas raízes latinas (*informatio*) que traz o sentido do ato moldar a mente humana e/ou do ato de comunicar o conhecimento (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Em 1991, Buckland, retrata as características da informação analisando-a como um processo, conhecimento e como coisa, a partir da perspectiva do processo ser identificado quando alguém é informado e quando isso o transforma de volta; o conhecimento como aquilo que é percebido e pode aumentar as incertezas do sujeito; e a coisa quando atribui-se sentido aos objetos, dados e documentos. Assim, a noção de informação adotada nesta pesquisa é baseada na percepção da informação como um processo, compreendendo a presença da cognição, da consciência, da interação e da transformação do indivíduo a partir da sua relação com os saberes culturais, econômicos, sociais e políticos que o cercam.

A CI, como relata Saracevic (1996), tem sua origem e atuação social, buscando promover a organização, o acesso e a recuperação do fluxo informacional, desde 1950, sendo auxiliada pelos recursos tecnológicos para promover a transmissão da informação, impacta na vida do sujeito e faz a mediação, para tornar mais acessível o fluxo informacional, correspondendo ao “[...] ao impacto da computação nos processos de produção, coleta, organização, interpretação, armazenagem, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, e em especial da informação científica registrada em documentos impressos” (CAPURRO, 2003, n.p.). Entende-se, então, nesse âmbito tecnológico a importância do uso da AD, na tradução de signos visuais em verbais, para auxiliar na disseminação da informação para as pessoas com deficiência visual, incluindo-as e tornando acessíveis as cenas sociais.

A CI, tendo a informação como seu objeto de estudo, deve ampliar a análise do processo informacional e atuar de forma transdisciplinar com as demais áreas e campos do saber para poder refletir sobre as complexas nuances da informação, como por exemplo, estabelecer uma um diálogo com as TIC, tendo a tecnologia como aliada nas formas de disseminação, transmissão e acesso à informação na atual sociedade direcionada pelo conteúdo audiovisual e digital.

O processo dialógico com as TIC pode auxiliar a minimizar as barreiras comunicacionais, atitudinais e físicas, nas unidades de informação, atendendo as necessidades informacionais

do sujeito, independente deste ser uma pessoa com deficiência física, sensorial ou intelectual. A CI, então, poderá concatenar as reflexões e práticas da área e o campo da AD, por exemplo, considerando o recurso da AD um tipo de tecnologia assistiva importante para que se possa oferecer um serviço acessível e inclusivo para o público com deficiência visual nas bibliotecas, nos arquivos e também nos museus (mesmo a Museologia não sendo subárea da CI é uma área que dialoga com as suas expertises).

A compreensão dos profissionais da CI sobre as TIC são relevantes para o desenvolvimento das competências dos recursos tecnológicos para auxiliar na organização, acesso, recuperação e preservação da informação na sociedade atual. Para tal é preciso que os profissionais da informação percebam essa necessidade de agir em prol do usuário, buscando atender suas demandas informacionais, como é o caso das pessoas com deficiência visual, que precisam das tecnologias assistivas para obter acesso e se inclua nas unidades de informação.

Observa-se a necessidade de entender o público-alvo que frequenta as unidades de informação, com objetivo de atender as demandas desses sujeitos sem prejudicar sua busca pela informação, suprimindo suas necessidades de forma eficiente e eficaz. Para tal é preciso identificar e compreender os aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos influenciam a vida do usuário e diferem as suas especificidades (fisiológicas, afetivas e cognitivas) e assim é possível definir estratégias de gestão para melhor atendê-lo.

É perceptível a necessidade de sociabilidade do ser humano, independente deste ser uma pessoa com deficiência ou não. A vida humana é desenvolvida pelas relações que os indivíduos constroem, Shera (1977) contextualiza essas características, quando retrata a relação do homem e a sua necessidade de sociabilidade, de transformação, de mudança e de ações que lhe incluam no ambiente ao qual faz parte. Essa interação com outros indivíduos e com situações de caráter social, cultural, econômico e político que o rodeiam permite o desenvolvimento do intelecto do sujeito, do seu discernimento crítico, a partir da dinâmica social que vive, atualmente identificada pelo *ciberespaço*, com a presença das TIC aliadas às ações da CI, auxiliando na promoção da transmissão e no registro de conteúdos informacionais e ao mesmo tempo possibilitando o acesso a eles.

O trabalho colaborativo é o ponto crucial para que esse diálogo entre a AD e a CI aconteça, privilegiando as demandas informacionais dos usuários com deficiência visual. Os profissionais e pesquisadores da CI devem trocar experiências com os profissionais da AD, fortalecer o diálogo com o governo, com a sociedade civil e também com as pessoas com deficiência visual, seguindo o lema “Nada sobre nós, sem nós” para conseguir suprir a lacuna existente entre o discurso,

a prática no campo legislativo e conseguir auxiliar na aplicabilidade das ações de inclusão social e acessibilidade nas unidades de informação.

Essas ações proporcionarão uma reflexão para minimizar as práticas preconceituosas que ainda são sofridas por esse público, dando margem as ações de inclusão social, nas quais a sociedade é que se adéqua para atender as necessidades deste público (SASSAKI, 2004).

A seguir apresentar-se-á o caminho metodológico que direcionou as etapas da pesquisa, explicitando, o universo, o tipo de pesquisa, as técnicas e procedimentos utilizados; como também a apresentação e análise dos dados coletados, com objetivo de responder as questões que nortearam o desenvolvimento desse estudo.

3 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

A pesquisa realizada é descritiva, de natureza qualitativa, considerada em ciências humanas e sociais, ideal para analisar ideias, promovendo a produção textual, desenvolvida a partir do levantamento bibliográfico. Entende-se que a pesquisa qualitativa trata das análises de dados qualitativos, que são “uma forma de quantificação do evento qualitativo que normatiza e confere um caráter objetivo à sua observação” (PEREIRA, 1999, p. 21).

Trata-se, por tanto, de um universo composto por uma amostragem não-aleatória por julgamento, onde analisou-se que o evento ENANCIB, possui um amplo alcance, credibilidade e representatividade na área da CI, além de ser um evento nacional, considerado o maior da área, apresentando relevância nas produções acadêmicas e reflexões sobre as tendências pesquisadas. Por isso o universo desta pesquisa são as produções acadêmicas (comunicações escritas e pôsteres) desenvolvidas por profissionais e pesquisadores, no intervalo de cinco anos, indexadas nos anais do evento, no período entre os anos 2003, 2008, 2013 e 2018.

Utilizou-se como técnica de coleta de dados, conforme mencionado anteriormente, o levantamento das produções acadêmicas nos anais do ENANCIB, no período entre os anos 2003, 2008, 2013 e 2018, por meio da adoção do método de procedimento bibliográfico. As teorias metodológicas abordadas por Pereira (1999), Demo (2000) e Marconi e Lakatos (2002; 2003), auxiliaram na análise das operações dos tipos qualitativo-descritivo, com objetivo de proporcionar uma compreensão do problema de pesquisa, com base nos dados coletados.

A pesquisa dividiu-se nas seguintes etapas: inicialmente fez-se o levantamento de dados, nos anais do evento analisado para proporcionar uma compreensão do universo escolhido no período proposto; e no segundo momento foi realizada uma leitura dos conteúdos coletados

para posterior análise bibliográfica. A escolha desse procedimento ocorreu para que, de forma qualitativa, fosse possível analisar o universo escolhido, compreendendo suas ações no contexto da AD, da inclusão social e da acessibilidade das pessoas com deficiência visual, para identificar e destacar as reflexões e ações dos profissionais da CI em suas produções acadêmicas a respeito dessas temáticas.

A análise dos dados aconteceu a partir das leituras dos títulos, dos resumos e em alguns momentos, da introdução (diante da ausência de resumo) e procurava-se, por meio do recurso de busca (“procurar nesta página” no navegador *Firefox*, ou “buscar” no navegador *Google Chrome*), nas comunicações escritas e em alguns casos em comunicações escritas no formato de pôsteres, as seguintes palavras-chave: “deficiência”, “acessibilidade” “audiodescrição” e “inclusão social”. As comunicações, em sua maioria, estão na língua portuguesa, poucas em espanhol e inglês, mas o foco de análise foi na produção brasileira, totalizando a 1.053 (mil e cinquenta e três) trabalhos.

O recorte temporal utilizado, conforme já mencionado, foi nos anais do ENANCIB entre os períodos de 2003, 2008, 2013 e 2018. A análise ocorreu a partir dos documentos encontrados nos eventos mencionados a seguir:

- “V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação”, realizado em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, na Universidade Federal de Minas Gerais no período de 10 à 14 de novembro de 2003;
- “IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação” ocorrido no período de 28 de setembro a 1º de outubro de 2008 na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo;
- “XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação” no período de 29 de outubro a 1º de novembro de 2013 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Florianópolis/SC;
- “XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação” realizado durante o período de 22 a 26 de outubro de 2018, na UEL, em Londrina-PR.

Quadro 1 – Trabalhos apresentados nos ENANCIB

Ano	Tema	Trabalhos sobre Audiodescrição, Acessibilidade ou Inclusão Social de pessoas com deficiência visual	Total de trabalhos apresentados
2003	"Informação, conhecimento e transdisciplinaridade"	Não foi encontrado nenhum trabalho sobre essas temáticas nos 8 GT.	146
2008	"Diversidade cultural e políticas de informação"	Foram encontrados 4 trabalhos sobre algumas dessas temáticas em 2 GT do evento: "GT6 – Informação, Educação e Trabalho" (1 trabalho); "GT8 – Informação e Tecnologia (3 trabalhos)".	150
2013	Informação e interação ampliando perspectivas para o desenvolvimento humano".	Foram encontrados 8 trabalhos sobre algumas dessas temáticas em 4 GT do evento: "GT2 – Organização e Representação do Conhecimento (1 trabalho)"; "GT3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação (2 trabalhos)"; "GT7 – Produção e Comunicação da Informação em CT&I (1 trabalho)"; "GT8 – Informação e Tecnologia (4 trabalhos)".	321
2018	"Sujeito informacional e as perspectivas atuais em Ciência da Informação"	Foram encontrados 8 trabalhos sobre algumas dessas temáticas em 8 GT do evento: "GT1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação (2 trabalhos)"; "GT3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação (1 trabalho)"; "GT4 – Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações (2 trabalhos)"; "GT8 Informação e Tecnologia (2 trabalhos)"; "GT9 Museu, Patrimônio e Informação (1 trabalho).	436

Fonte: As autoras

Os trabalhos mencionados foram apresentados nos seguintes grupos de Trabalhos (GT), conforme Quadro 1:

- a) **2008**: GT6 – “Currículos dos cursos de biblioteconomia, documentação e ciência da informação no contexto da inclusão social” por Silvio Santos vinculado a UFBA²;
- b) **2008**: GT8 – “Análise da usabilidade de interface de repositório institucional: enfoque nos princípios ergonômicos” por Renata Gonçalves Curty e Nelma Camêlo de Araujo, vinculadas à Universidade Estadual de Londrina (UEL)³; o outro trabalho foi: “Arquitetura da Informação para Ambientes Informacionais Digitais” por Liriane Soares de Araújo de Camargo e Silvana Ap. Borsetti Gregorio Vidotti ambas vinculadas ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (PPGCI/UNESP)⁴; e o último trabalho

² Cf. Link para revisar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3088/2214>. Acesso em: 3 nov. 2019.

³ Cf. Link para revisar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3115/2241>. Acesso em: 4 nov. 2019.

⁴ Cf. Link para revisar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3116/2242>. Acesso em: 4 nov. 2019.

referencia o assunto dentro do aspecto das pessoas com deficiência auditiva e seus recursos tecnológicos intitulado: “X-Libras: “Um Ambiente Informacional para a Língua Brasileira de Sinais”, por Elvis Fusco da UNESP/Marília⁵.

- c) **2013**: GT2 – “Avaliação de Linguagem Documentária em Bibliotecas Acessíveis” por Érica Fernanda Vitorini e Walter Moreira, ambos vinculados a UNESP/Marília⁶; e o outro intitulado “Desenvolvimento de Cursos a Distância área de Saúde pela UFPE: uma perspectiva em mapas conceituais” por Vildeane da Rocha Borba da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Sandra de Albuquerque Siebra (UFPE); Jacilene Adriana da Silva Correia (UFPE); Cristine Martins Gomes de Gusmão (UFPE); Josiane Lemos Machiavelli (UFPE) e Celio e Andrade Santana Júnior (UFPE)⁷.
- d) **2013**: GT3 – “(In)Acessibilidade na web para pessoas com deficiência visual: um estudo de usuários à luz da cognição situada” por Janicy Aparecida Pereira Rocha e Adriana Bogliolo Sirihal Duarte, ambas da UFMG⁸;
- e) **2013**: GT7 – “Produção científica sobre surdos na Ciência da Informação no Brasil: análise na base BRAPCI” por Karen Guimarães Cardoso da Universidade Federal Fluminense e Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima, ambas vinculadas a UFF⁹.
- f) **2013**: GT8 – “Interação e democratização da informação para pessoas com deficiência no estado da Paraíba” por Hellosman de Oliveira Silva, Marckson Roberto Ferreira de Sousa, Fabiana Aparecida Lazzarin, ambos vinculados a UFPB¹⁰; “Arquitetura da Informação, acessibilidade e usabilidade: princípios básicos para análise do website da Fundação Centro Integrado de Apoio ao portador de Deficiência (FUNAD)” por Célia Medeiros Dantas e Hellosman de Oliveira Silva, vinculados a UFPB¹¹; “Disseminação da informação nos websites dos arquivos permanentes e as novas tecnologias de informação e comunicação” por Paula Amorim Gonzalez e Maria Jose Vicentini Jorente,

⁵ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3128/2254>. Acesso em: 4 nov. 2019.

⁶ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4557/3680>. Acesso em: 5 nov. 2019.

⁷ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4566/3689>. Acesso em: 5 nov. 2019.

⁸ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4169/3292>. Acesso em: 5 nov. 2019.

⁹ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4350/3473>. Acesso em: 5 nov. 2019.

¹⁰ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4369/3492>. Acesso em: 5 nov. 2019.

¹¹ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4404/3527>. Acesso em: 5 nov. 2019.

vinculados a UNESP/MARÍLIA¹²; “Análise heurística da base de dados public medical” (PUBMED) por Odete Máyra Mesquita Coelho (UFPB), Virgínia Bentes Pinto (UFC) e Marckson Roberto Ferreira de Sousa (UFPB)¹³.

- g) **2018**: GT1 – “Ações de preservação digital na audiodescrição: desenvolvendo o conceito de informação audiodescritiva na Ciência da Informação” por Tamires Neves Conceição e Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva, ambos vinculados a UFBA¹⁴; “Ciência da informação e interações teórico-sistêmicas com a acessibilidade” por Daniela Francescutti Martins Hott da Coordenação de Acessibilidade da Diretoria-Geral Câmara dos Deputados e Sonia Aguiar Cruz-Riascos, vinculadas ao Departamento de Ciência da Informação da UFPE. Esse trabalho, mesmo não se referindo a AD, especificamente, relata aspectos sobre a inclusão social e a acessibilidade de pessoas com deficiência na *web* e o papel da CI nesse contexto¹⁵.
- h) **2018**: GT3 – “Tecnologia assistiva no processo de mediação da informação aos usuários com deficiência visual em biblioteca universitária” por Alexandre Lobo Pinheiro e Hamilton Vieira de Oliveira, vinculados a UFPA¹⁶.
- i) **2018**: GT4 – “As diversidades e a gestão do conhecimento: uma questão inclusiva?” por Ilka Maria Soares Campos e Júlio Afonso Sá de Pinho Neto, vinculados a UFPB¹⁷; “Avaliação do fluxo de produção de informação acessível na UFRN” por Érica Simony F. de Melo Guerra e Fernando Luiz Vechiato, ambos da UFRN¹⁸.

¹² Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4377/3500>. Acesso em: 5 nov. 2019.

¹³ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4391/3514>. Acesso em: 5 nov. 2019.

¹⁴ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xivenancib/paper/viewFile/964/1836>. Acesso em: 6 nov. 2019.

¹⁵ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xivenancib/paper/viewFile/1646/1839>. Acesso em: 6 nov. 2019.

¹⁶ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xivenancib/paper/viewFile/1012/1899>. Acesso em: 6 nov. 2019.

¹⁷ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xivenancib/paper/viewFile/1244/1578>. Acesso em: 6 nov. 2019.

¹⁸ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xivenancib/paper/viewFile/1080/1565>. Acesso em: 6 nov. 2019.

- j) **2018**: GT8 – “Acessibilidade em sites de comércio eletrônico com usuários cegos” por Ítalo José Bastos Guimarães e Marckson Roberto Ferreira de Sousa, vinculados a UFPB¹⁹; “O museu da diversidade sexual sob a ótica da encontrabilidade da informação” por Jean Fernandes Brito e Márcio Matias, ambos da UFSC²⁰.
- k) **2018**: GT9 – “Museus como atividade educativa: o que pensam os alunos surdos sobre acessibilidade?” por Tania Chalhub e Marisa Gomes, vinculadas ao Instituto Nacional de Educação de Surdo²¹.

As temáticas de acessibilidade e inclusão social para pessoas com deficiência foram retratadas em 20 (vinte) trabalhos diante ao universo de 1.053 (mil e cinquenta e três) pesquisas analisadas, evidenciando a urgente necessidade do desenvolvimento do estado da arte da CI. O cenário apresentado, com menos de 2% de pesquisas sobre as temáticas analisadas proporcionou a possibilidade de identificar as áreas de origem dos pesquisadores e o seu quantitativo. Dentre os autores e coautores dos trabalhos analisados encontrou-se: Biblioteconomia 17; Gestão da Informação 1; Licenciatura em Matemática 1; Letras e Ciências Exatas 1; Tecnologia em Processamento de Dados 2; Ciência da Computação 4; Engenharia Elétrica 2; Odontologia 1; Sistemas de Informação 1; Administração de Empresas 3; Arquivologia 2; Letras 1; Comunicação e Marketing 1; História 1; Comunicação Social 1; e Serviço Social 1; totalizando 40 profissionais.

Os dados coletados evidenciaram que poucos pesquisadores abordaram as temáticas sobre as pessoas com deficiência, sejam elas físicas, intelectuais ou sensoriais. Tal situação é preocupante, já que esses sujeitos sociais tem garantido o direito ao acesso irrestrito da informação, logo cabe aos profissionais da informação compreender, promover reflexões e inserir na prática temáticas que envolvem as ações de inclusão social e acessibilidade para esse público. Ressalta-se ainda que a ausência sobre a temática da AD ainda é maior, pois foi encontrado apenas um trabalho sobre a temática realizada pela autora deste artigo. Esse dado reflete um silenciamento da área sobre uma temática relevante e necessária para ser inserida nas unidades de informação, reafirmando que esses ambientes desempenham papel relevante, ao proporcionar ao usuário da informação um cenário de inclusão social (no qual a sociedade

¹⁹ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1052/1700>. Acesso em: 6 nov. 2019.

²⁰ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1095/1730>. Acesso em: 6 nov. 2019.

²¹ Cf. Link para visitar o trabalho. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1172/1754>. Acesso em: 6 nov. 2019.

se adéqua a pessoa com deficiência) e não de integração social (no qual a pessoa com deficiência que se adéqua a sociedade) (SASSAKI, 1999).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa demonstraram que os profissionais da CI têm um papel relevante no contexto da AD, porque podem auxiliar com suas expertises no processo da mediação da informação desenvolvido no campo da AD para pessoas com deficiência visual. Destaca-se também a necessidade de realizar essa mediação sem julgamentos e manipulações, mas compreendendo que existe um local de fala daquele profissional audiodescritor. Por isso, defende-se a ideia da relevância de pesquisas na área da CI sobre o campo da AD, com objetivo de minimizar as lacunas encontradas pelo sujeito com deficiência visual ao buscar sanar suas demandas informacionais, em espaços como bibliotecas, arquivos e museus.

Entende-se que a existência de trabalhos apresentados nos ENANCIB de 2008 e 2013, tratando das temáticas da inclusão social, acessibilidade e pessoas com deficiência estão diretamente relacionados aos movimentos realizados, no período compreendido entre 2006 a 2008 em prol das pessoas com deficiência. Destaca-se aqui a importância da gestão do governo Federal desse período, direcionado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que incentivou e impulsionou a realização e a efetivação de ações em prol do desenvolvimento de políticas públicas, impactando na participação social do público com deficiência e no crescimento de pesquisas sobre as temáticas voltadas a essas pessoas. Percebe-se que quando há uma gestão inclusiva e que busca a acessibilidade dos sujeitos, o governo consegue cumprir seu papel social com os cidadãos.

A análise demonstra que os bibliotecários assumem uma posição desafiadora e bastante interessante, tendo em vista que as temáticas inclusão social e acessibilidade, presentes na produção investigada trazem indícios de diálogos, ainda que incipiente, entre os pesquisadores da área, realidade que evidencia a tentativa desses profissionais mudar o estereótipo da exclusão social, pois se propõem a refletir sobre assuntos que possibilitam a promoção da inclusão social e da acessibilidade de pessoas com deficiência, fazendo jus a sua origem social e consequentemente desenvolvendo o estado da arte da área, buscando assim, oferecer ambientes informacionais mais acessíveis aos sujeitos da informação com deficiência.

Em face dos resultados sugere-se que por se tratar de uma temática atual e bastante discutida na sociedade, reverberando inclusive de forma importante nos instrumentos legais,

que os cursos formadores de profissionais de informação passem a inserir essas temáticas (inclusão social, acessibilidade, AD e pessoas com deficiência) no conteúdo dos componentes curriculares, visando ampliar as reflexões na área. Além disso, que os estudiosos, professores e pesquisadores da Ciência da Informação possam promover debates que envolvam temáticas sobre o processo informacional e as pessoas com deficiência, a fim de que novos estudos possam prospectar avanços na referida área do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16452:2016. **Audiodescrição na comunicação: audiodescrição**. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE DEFESA DOS DIREITOS DOS IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. São Paulo, 2012. Disponível em:

http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 1 jun. 2023.

BENEVIDES, Maria Victória. **Cidadania e direitos humanos**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em:

<http://www.iea.usp.br/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf>. Acesso em: 29 maio 2023.

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil. Porto Alegre – RS, 2008. Disponível em:

http://soplaar.com/material_individual/pdf/144S832O4P507L538A401R111.pdf. Acesso em: 1 maio 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada – **Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854** – Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Brasília, n. 116, 2 dez. 2004. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006**. Aprova a Norma nº 001/2006 – Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de audiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, n. 122, p. 34, 28 jun. 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

BUCKLAND, Michael K.. Informação como Coisa. [Texto Original] Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science** (JASIS), v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação – ECA/USP – 1º sem./2004. Disponível em:

[https://www.cin.ufpe.br/~cjpgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20\(thing\).pdf](https://www.cin.ufpe.br/~cjpgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf). Acesso em: 22 abr. 2023.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/CAPURRO.pdf>. Acesso em: 26 de abr. 2023.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: O Direito à Cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1ª edição, 2006, 147p.
- DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta, 2010.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2000.
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/venancib/schedConf/presentations>. Acesso em: 3 maio. 2023.
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/schedConf/presentations>. Acesso em: 15 maio. 2023.
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/schedConf/presentations>. Acesso em: 18 maio. 2023.
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., Londrina. **Anais eletrônicos** [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/schedConf/presentations. Acesso em: 25 maio. 2023.
- FRANCO, João Roberto; DIAS, T.R da S. A Educação de Pessoas Cegas no Brasil. **Avesso do Avesso**, v. 5, p. 74-81, 2007. Disponível em: https://feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v5_artigo05_educacao.pdf. Acesso em: 06 ago. 2023
- FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: breve passeio histórico. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Org). **Audiodescrição – Transformando Imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.
- FRANCO, C. P. Eliana. A importância da pesquisa acadêmica para o estabelecimento de Normas da Audiodescrição no Brasil. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, ed. nº 3, 2010.
- HOLANDA, Sergio Buarque. Herança Rural. In: **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 71-92.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 22 abr. 2023.
- LARAIA, Barros de Roque. **Cultura: Um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, 113p.
- LEÃO, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa; SOFIATO, Cássia Geciauskas. A Educação de Cegos no Brasil do Século XIX: Revisitando a História. **Revista brasileira de educação especial**, v. 25, n. 2, São Paulo: Bauru, abr./jun. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382019000200283. Acesso em: 16 maio. 2023.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Tipos de Pesquisa. In: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Métodos específicos das ciências sociais. In: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. In: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

MOTTA, Livia Maria Villela de Melo e ROMEU FILHO, Paulo (Org). **Audiodescrição**: Transformando Imagens em Palavras. São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

NAVES, Sylvia Bahiense; MAUCH, Carla; ALVES, Soraya Ferreira; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. **Guia para produções Audiovisuais Acessíveis**. Brasília, DF: Ministério da Cultura – Secretaria do Audiovisual, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes**. 1982. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Defici%C3%Aancia/programa-de-acao-mundial-para-as-pessoas-deficientes.html>. Acesso em: 03 abr. 2023.

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. **Análise de dados Qualitativos**: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.

PORTAL BRASIL. **Acessibilidade**. 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/acessibilidade>. Acesso em: 7 de abr. 2023.

SARACEVIC, Tekfo. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Revista Ciência da Informação**, 1996.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: EVA, 1999.

SASSAKI, Romeu K. **Vida independente**: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16.

SASSAKI, Romeu K. **Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão**. Revista Nacional de Reabilitação, ano VII, n. 39, jul./ago. 2004.

SASSAKI, Romeu K. Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental? **Revista Nacional de Reabilitação**, ano IX, n. 43, mar./abr. 2005, p 9-10.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão**. 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SHERA, Hauk Jesse. Epistemologia social, semântica geral, e biblioteconomia. **Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 6, n 1, p. 9-12, 1977.

NOTAS E CRÉDITOS DO ARTIGO

- **Reconhecimentos**: Não se aplica.
- **Financiamento**: Não se aplica.
- **Conflitos de interesse**: Não se aplica.
- **Aprovação ética**: Não se aplica.
- **Disponibilidade de dados e material**: Não se aplica.
- **Manuscrito publicado como preprint**: Não se aplica.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES:

Contribuição	Conceição, T. N.	Sousa, M. I. J.
Concepção do estudo	X	X
Conceitualização	X	X
Metodologia	X	X
Coleta de dados / investigação	X	
Curadoria de dados	X	X
Análise dos dados	X	X
Discussão dos resultados	X	X
Visualização (gráficos, tabelas e outros)	X	X
Rascunho original	X	X
Revisão e edição final	X	X
Supervisão e administração	X	X
Aquisição de financiamento		X

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI)** direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença *Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International*. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLICADOR

Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Presidente do Corpo Editorial

Angélica C. D. Miranda, Universidade Federal do Rio Grande, FURG.

Editora da Revista

Maria Helena Machado de Moraes, Universidade Federal do Rio Grande, FURG.

Editor Associado

Nivaldo Calixto Ribeiro, Universidade Federal de Lavras, UFLA.

Assistente de Editor

Luan Soares Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

Revisor da língua portuguesa

Os Autores.

Revisor de referências

Os Autores.

HISTÓRICO:

Recebido em: 20/06/2023

Aceito em: 03/08/2023

Publicado em: 13/11/2023

Este formulário foi elaborado a partir das boas práticas sugeridas pela SciELO no seu formulário de conformidade com a Ciência Aberta e pelos formulário de Notas da Obra dos periódicos científicos: Encontros Bibli, AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento e do formulário Credit da Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

